

# Terrorismo: o Onze de Setembro

## Visão retrospectiva e prospectiva

Nilton Freixinho\*

É admitido que o Onze de Setembro invalida a propalada tese do “fim da História”. Considerar o ataque terrorista árabe-islâmico como ação exclusivamente direcionada ao pólo de poder representativo do Ocidente seria ingenuidade. O que está em jogo no palco do mundo é o próprio Ocidente.

Nesse contexto, surgem duas posições no cenário internacional. Os “duros”, de ambos os lados, advogando a intensificação do confronto pela força das armas e o endurecimento do terrorismo. Os “contemporizadores”, de ambos os lados, que buscam encontrar caminhos para promover o entendimento entre o Ocidente e o mundo islâmico. Há o consenso por parte dos atores das duas posições de reexaminar o “fio da meada” referente ao processo civilizatório. Nessa tarefa, estão empenhados *scholars* de todos os matizes e várias tendências. Comprovação? Basta compulsar os catálogos das principais livrarias-editoras de Nova York, Londres, Paris, Berlim, Roma, Bruxelas, Istambul, Cairo e Teerã.

O presente artigo é uma tentativa para apreciar a História no longo prazo, como instrumento visando a compreender e a situar os acontecimentos neste início do terceiro milênio da era cristã.

Os mestres clássicos dos estudos da História, ao pesquisar a interação entre povos, utilizam terminologia caracterizadora. *Oikoumêne*, expressão originada do mundo grego para definir o ecúmeno habitado por sociedades civili-

zadas, em contraposição às sociedades ditas dos “bárbaros”. *Volkerwanderung*, termo de origem teutônica para traduzir as grandes invasões e migrações dos povos “bárbaros”. Uma terceira expressão associa as duas circunstâncias. Trata-se do vocábulo “fusão” para caracterizar o momento em que o invasor bárbaro e o *oikoumêne* considerado mesclam-se, fundem-se, gerando novo estrato cultural. O estudo das origens da civilização genericamente cunhada de “Ocidental” ilustra esses conceitos.

Por outro lado, há que se considerar haver profunda correlação entre a política do Estado e a natureza da religião dominante da nação que jurisdiciona. A visão retrospectiva e prospectiva do Onze de Setembro não pode ignorar essa circunstância em termos culturais do cristianismo e do islamismo. Há que admiti-la e considerá-la como fator governante, desde o século VII até o século XXI da nossa era, à interação entre o Ocidente e o mundo muçulmano.

Para prosseguir, cumpre aclarar o que se entende por Ocidente. Para isso, é conveniente caracterizá-lo por suas origens.

É lícito situar as raízes do Ocidente nas significativas transformações que ocorreram nos quatro primeiros séculos de nossa era, no contexto do *oikoumêne*, na bacia do Mediterrâneo, desde as Colunas de Hércules até o Próximo Oriente, inclusive. O pano de fundo é o Império Romano que atingia o zênite de seu domínio político-econômico, palco geo-humano que concentrava uma população estimada em cin-

\* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, é escritor e historiador.

qüenta milhões de habitantes. Ali ocorreram acontecimentos que por sua combinação no tempo e no espaço moldaram o Ocidente de hoje. Impõe-se recordá-los.

De início, cabe fazer referência à expansão do cristianismo para o Império Romano Ocidental. Credo subversivo aos olhos do Senado em Ravena, porém já firmemente implantado na Ásia Menor e no Próximo Oriente, nas igrejas de Bizâncio (Constantinopla), Antióquia e Edessa. O imperador romano, sediado no Oriente, dotado de ampla visão política no concernente à unidade do Império, empreende sagaz golpe de Estado, tornando o cristianismo religião oficial de todo o Império, cessando destarte as perseguições no Ocidente contra os cristãos na clandestinidade. Em curto prazo, o cristianismo domina, também, o Império Romano Ocidental.

O segundo componente das transformações no Império Romano Ocidental reside na *volkerwanderung* dos bárbaros germanos, progressivamente convertidos ao cristianismo.

A partir do início do século V está em curso o processo de fusão entre as estruturas do Império Ocidental e os germanos. Aí situa-se a história dos reinos bárbaros germanos, matriz da Europa Ocidental, que perdura até hoje.

Destarte, em meados do século VII está em gestação nova estrutura cultural derivada da fusão dos povos teutônicos e a herança do Império Romano Ocidental.

Em suma. Em meados do século VII, desde a Britânia, a oeste, até a Ásia Menor e o Próximo Oriente, inclusive, e desde o Báltico até a orla setentrional da África, o *oikoumêne* abrangia espaço geo-humano formado da constelação de várias etnias, sob a égide de única religião – o cristianismo – firmemente estabelecida, com quadros eclesiásticos devotados, hierarquicamente organizados, tendo a Igreja de Roma com foros de caráter universal, inclusive com poder temporal acatado pela sociedade civil

dos reinos bárbaros germanos, no Ocidente, e pelo Império Bizantino, herdeiro do Império Romano Oriental, onde prevaleceu o cristianismo grego ortodoxo.

Aos olhos das lideranças do *oikoumêne*, em meados do século VII, estava sendo implantado cenário a vigor com longa duração.

Ledo engano.

A História reserva surpresas que vão além da previsão humana, ou, no entender dos crentes de todas as religiões, a História é conduzida pelos desígnios insondáveis da divina providência.

Surpreendentemente, em meados do século VII, ou mais precisamente no ano 632, ocorre a grande *volkerwanderung* dos árabes, que avassala o Oriente Médio, o Próximo Oriente, o Norte da África e a Península Ibérica, acarretando verdadeira explosão demográfica, impulsionada por novo credo religioso – o islamismo – criação do Profeta Maomé, divulgado por meio do Alcorão. Em termos de relacionamento com a cristandade, nos primeiros tempos da invasão, em todo o espaço conquistado erguem-se imponentes mesquitas ao lado das já seculares igrejas cristãs. Todavia, com o advento do Islã, o cristianismo perde a predominância no espaço invadido. Contudo, no início da expansão árabe-muçulmana prevaleceu clima de convivência pacífica, decorrente do preceito, estabelecido por Maomé, preconizando que “o povo do Livro e os seguidores do Islã são amigos”. Entretanto durou pouco o idílio. Rompe-se a convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos, ambos adotando A Guerra Santa na defesa da respectiva fé religiosa.

Desde então, a História da cristandade insere-se no confronto com os seguidores do Alcorão, confronto que já perdura por cerca de 13 séculos.

É longa a listagem dos acontecimentos nos mencionados 13 séculos. Vale recordá-los.

A luta do Reino dos Francos para deter a invasão da Gália pelos árabes-islâmicos e re-

chacá-los para o Sul dos Pirineus – a batalha de Poitiers, 732. A luta do Império Bizantino, durante séculos, para sobreviver, inclusive como escudo protetor da Europa cristã, contra invasões dos árabes, dos turcos *seljucidas* e dos egípcios, portadores do estandarte do Islã. A reconquista cristã da Espanha e de Portugal depois de seis séculos de domínio da região pelos árabes-muçulmanos. As Cruzadas em atendimento ao apelo de socorro lançado pelo Imperador bizantino Aleixo Comnenus, no século XII, expedições militares da cristandade da Europa Ocidental, patrocinadas pelo episcopado cristão latino e conduzidas pelos barões e reis, francos, normandos, anglo-saxões, germânicos, com a participação dos lombardos de Gênova e de Veneza. Foram expedições militares com o propósito de defender os Lugares Santos da cristandade e de proporcionar proteção aos peregrinos? A resposta é afirmativa. Contudo, não pode ser minimizado o anseio pessoal dos barões e nobres feudais de concretizar seus projetos de vida com a fundação de reinos no Próximo Oriente, reinos que lograram manter-se no palco da História, por cerca de dois séculos, contra contínuas investidas de exércitos portadores do estandarte do Islã, confronto que desencadeou, por parte das forças cristãs e das forças muçulmanas, atos de selvageria sangüinária, tendo por degola ritual corrente.

Prossigamos na listagem dos acontecimentos.

Já no século XVI, tem lugar o empenho das potências da Europa Ocidental cristã em deter e repelir a expansão do Império Otomano na Europa Central e no Mediterrâneo Oriental, onde foi derrotado na batalha naval de Lepanto,

1571. Na transição do século XIX para o século XX, verifica-se o estabelecimento de “protetorados” europeus – França e Inglaterra – no Próximo Oriente e no Oriente Médio, onde o caos e a anarquia dominavam em decorrência da fragmentação do Império Otomano Muçulmano (de 1800 a 1923), política que teve por legado o rancor dos povos estabelecidos na área, semente do surgimento do nacionalismo radical, inspirado no Alcorão. A partir de meados do século XX, entra em cena novo confronto: o empenho do Ocidente em garantir a sobrevivência do recém-criado Estado de Israel contra tentativas dos islâmicos da Palestina e da Síria para expulsar os hebreus. Finalmente, ao raiar do século XXI, é desencadeada a guerra, a invasão e a ocupação do Iraque, pelos Estados Unidos da América, alçado, pela História, em superpotência dominante no planeta, sob o pretexto de que o Governo laico de Saddam, apoiado pelos sunitas, armava-se com petrechos de destruição em massa; a ocupação, em clima de guerra contra os norte-americanos e alguns aliados da causa de Washington e revestindo-se de luta interna entre xiitas e sunitas, prepara a implantação do regime democrático, vale dizer, Estado Laico, para entrega do poder ao Iraque.

É nesse quadro abrangente, esboçado no presente artigo, que se movimentam os atores das duas correntes que buscam uma saída para o secular confronto entre o Ocidente e o mundo muçulmano – os “duros” e os “contemporizadores”, de ambos os lados –, confronto de natureza cultural, que já se prolonga por cerca de 13 séculos. Para o historiador, o desfecho é uma incógnita. ●